

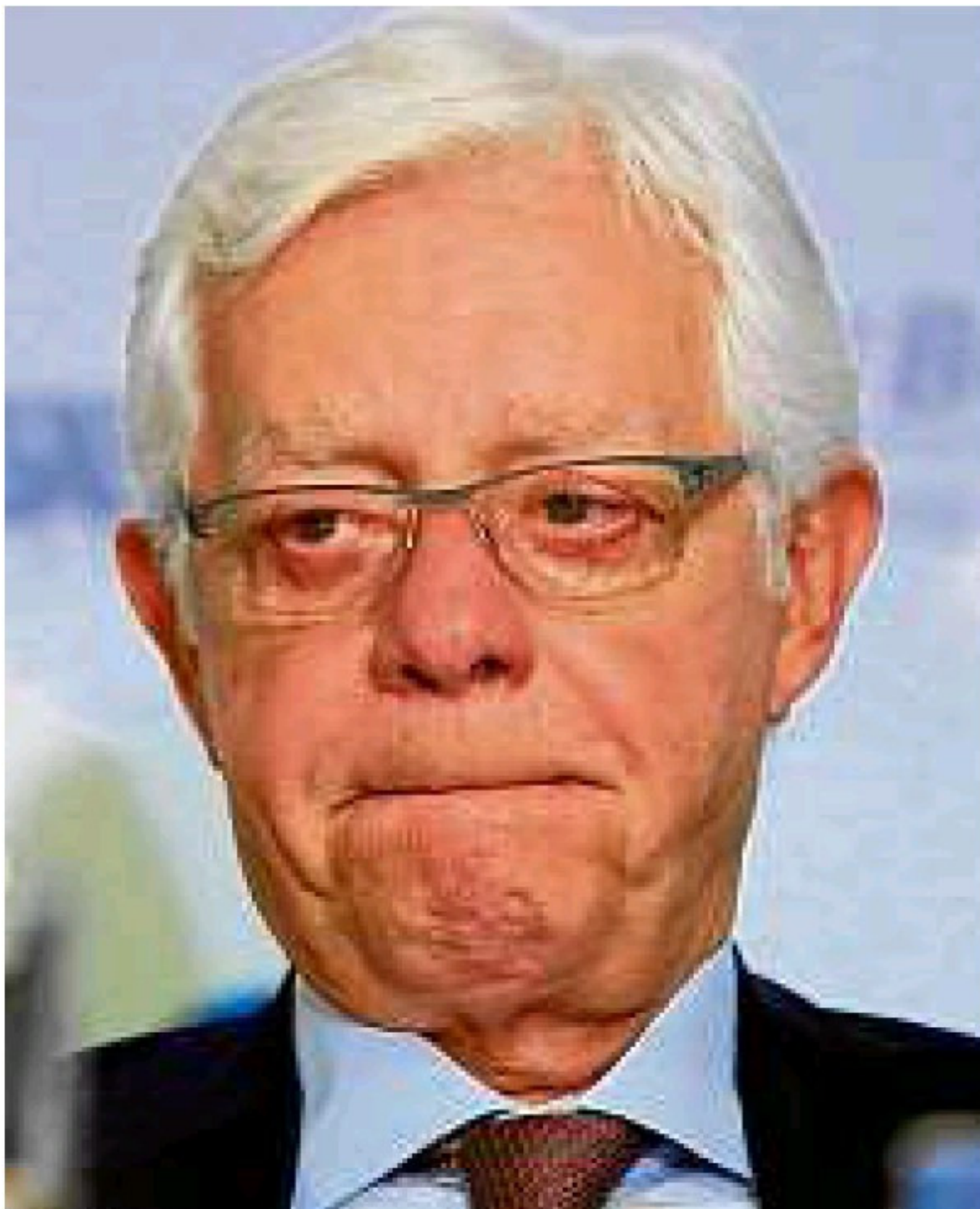
[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

17 mar 2017 | O Globo | SIMONE IGLESIAS simone.iglesias@bsb.oglobo.com.br

Entre ministros citados, a lei que vigora é a do silêncio

Quando abordado sobre pedidos de Janot, Temer também evita assunto

-BRASÍLIA- Para tratar das "boas novas", muito verbo. Para a Lava-Jato, silêncio. Duas vezes, só ontem, o presidente Michel Temer se esquivou de falar sobre investigações que atingem seis ministros de seu governo, além de dezenas de políticos da base política no Congresso. A estratégia de fugir da raia alastrou-se pela Esplanada. Os ministros citados entre os políticos delatados por executivos e ex-executivos da Odebrecht só se manifestaram, até o momento, por meio de notas oficiais e, na maioria dos casos, tergiversando sobre o tema.



EDILSON DANTAS

Moreira Franco. Declarações só para agendas positivas

Ao anunciar o rompimento de um ciclo de 22 meses de queda no emprego formal, em uma cerimônia no Palácio do Planalto, o peemedebista discursou elogiando a volta do crescimento econômico e chegou a fazer suspense antes de anunciar a abertura de 35.612 postos de trabalho no mês de fevereiro. Sem dar chance a perguntas, saiu rapidamente após as boas notícias. Ao ser questionado sobre a "lista de Janot", apressou o passo para deixar o evento. Mesmo artifício usado algumas horas depois, ao participar de uma posse no Superior Tribunal Militar. Sorriu, abanou à distância para os jornalistas, mas, ao ser abordado sobre a Lava-jato, foi embora.

No caso dos ministros, a justificativa para a falta de explicações sobre o motivo de terem sido citados em delações é a mesma em todos os casos: a falta de acesso ao conteúdo dos pedidos de abertura de inquérito e o que os sustenta juridicamente. De acordo com o blog de Lauro Jardim, do site do GLOBO, Temer deu ordem aos

integrantes do governo para que nenhum ministro responda sobre pedidos de inquérito. O objetivo seria seguir a linha do chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, na segunda-feira, de dizer que só dará explicações à Justiça.

A avaliação no Planalto é a de que o governo e, portanto, os ministros, não podem parar de trabalhar para passar o dia dando explicações. A alegação é que, por enquanto, o que há "é a embalagem", em referência aos nomes que estão se tornando públicos, faltando o conteúdo, ou seja, em que, exatamente, cada um é implicado.

— Enquanto não houver conhecimento TSE estima em R\$ 40 milhões caixa dois da empresa glo.bo/2m3RvV7 de todas as delações e de todos os implicados, fica muito difícil dar respostas. O ministro vai se defender do quê? Qual o contexto? Qual a reunião? São lacunas que ainda precisam ser preenchidas — disse um auxiliar presidencial.

Apesar do silêncio público do presidente e de seus ministros, a preocupação com as investigações tem crescido no governo. Temer esperava mais rapidez do relator da Lava-Jato no STF, Edson Fachin, no levantamento do sigilo dos autos. Se os nomes e o motivo dos inquéritos já fossem públicos, facilitaria a defesa e também garantiria maior "pulverização" dos envolvidos, tirando o foco prioritário do governo.

Uma preocupação adicional é com o longo período que os processos levarão, arrastandose por anos. Um auxiliar presidencial lembrou que o julgamento do mensalão levou cerca de seis anos, sendo que eram 30 processos. Número bem menor do que as investigações de agora, que reúnem 83 pedidos de abertura de inquérito.



— Só as eleições de 2026 estarão completamente livres dos efeitos da Lava-Jato — avaliou uma fonte palaciana. BRUNO ARAÚJO DIVULGOU NOTA Procurados logo após a confirmação na lista, os ministros tiveram postura semelhante. Moreira Franco (Secretaria-Geral), Eliseu Padilha (Casa Civil) e Aloysio Nunes Ferreira (Relações Internacionais) afirmaram que não se pronunciariam até ter conhecimento do teor do documento. Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia) e Marcos Pereira (Indústria e Comércio) disseram que suas declarações de campanha seguiram a lei. Bruno Araújo (Cidades) foi o único a falar, dizendo que solicitou recursos à Odebrecht de acordo com a legislação. "Mantive relação institucional com todas essas empresas", reforçou por meio de nota. (Colaborou Gabriela Valente)

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)